

Painel

*Aldaiza Sposait**

Antes de começar queria agradecer a oportunidade de estar neste Encontro ABESS/CEDEPSS, neste Encontro Nacional, e de poder estar partilhando com companheiras e companheiros que há tantos anos, e alguns há vários anos, vêm lutando pelo ensino do Serviço Social, pela formação em Serviço Social e, mais do que isso, pelo reconhecimento da pesquisa no Serviço Social, como um dos campos com qualidade e padrão acadêmico, para produção de investigações. Nós, assistentes sociais, que temos feito tantos trabalhos no exterior, como também nos doutorado no exterior, podemos afirmar que não temos passado vergonha com nossa produção em Serviço Social. Ao mesmo tempo em que cabe reconhecer o mérito conquistado, temos que ter a clareza do que temos que melhorar. E é nesse sentido que eu farei minha explanação do tema, que tem em si uma provocação ao pôr em questão: "Conjuntura Nacional e Demandas Postas ao Serviço Social". Digo provocação porque se trata de um "mundo de questões" e, ao mesmo tempo, poderia supor que estaríamos desvinculando o Serviço Social do próprio modelo econômico, transformando-o numa realidade à parte da realidade econômico-social. Eu diria que o Serviço Social mergulha dentro desta crise, vive esta crise e que a sua prática, a sua orientação, a sua inserção na sociedade brasileira se dá no interior do próprio movimento de conquista e concessão, de inclusão e exclusão das necessidades sociais, que marcam exatamente essas relações políticas, sociais e econômicas do modelo econômico brasileiro.

Entendo que se não analisarmos as demandas do Serviço Social nesta amplitude, estaríamos atribuindo uma exterioridade ao Serviço Social, com um caráter residual, como se as coisas chegassem para ele

* Professora doutora na PUC-SP.

fora de todo este contexto mais geral. Todavia, o Serviço Social não possui demandas que não sejam decorrentes do próprio modelo de regulação social dominante em uma dada sociedade capitalista, até porque assistente social é um profissional assalariado cuja inserção no mercado de trabalho decorre do modelo de financiamento de respostas, atenções às exigências sociais.

Com tal entendimento considero que a identificação de demandas postas ao Serviço Social exige a escolha de algumas mediações que ponham em análise o confronto entre social, econômico e político. Para essa análise elegi duas relações que permitem polarizar a questão. Uma é a *relação crítica entre o capitalismo e a democracia*; a outra diz respeito à *construção do modelo político de Estado Social do Brasil*, um país de Terceiro Mundo que, no bojo de todo este quadro de crises supõe a ação do Serviço Social frente aos padrões de reprodução social da população e frente aos gastos sociais do Estado.

1. No que se refere à discussão sobre o aprofundamento da relação indissoluvelmente crítica e continuamente tensa entre capitalismo e democracia, eu diria que esse embate é claramente apanhado e demandado pelos assistentes sociais. Via de regra é traduzido na conversa dos assistentes sociais pela seguinte situação ou pela seguinte questão: o assistente social seria um prestador de serviços ou um educador e organizador popular? Ainda que esse ângulo de análise, digamos, coloque muito mais a questão do ponto de vista dos serviços sociais — não diretamente na produção econômica — eu entendo que esta questão está posta, sim, no interior do capitalismo, no interior do modo de produção capitalista, porque o processo de produção dos serviços sociais, ao passar pelo fundo público, não deixa de favorecer as condições de reprodução do trabalhador, o que repõe o processo de acumulação capitalista.

Outra questão que entendo ser também muito afeta a nós é que este embate entre democracia e capitalismo nos põe sempre uma questão: o estímulo ao protagonismo da presença e interferência popular, na construção democrática. Esta questão, apanhada como um dilema profissional, é de fato um dilema de lógica da sociedade de mercado, a relação entre capitalismo e democracia. Está posto hoje no Brasil não só o sair da crise, mas sair avançando a cidadania e avançando a radicalidade democrática. Esse dilema da sociedade de mercado é analisado com profundidade por Habermas, por Clauss Offe e pelo nosso querido Francisco de Oliveira.

A análise, portanto, que em geral o assistente social pretende sobre a questão que ele coloca entre uma demanda distributiva ou organizadora precisa de alguns recortes da cultura política brasileira e da realidade política da conjuntura brasileira.

1.1. A reconquista da democracia para a nossa sociedade, assim como para a América Latina, foi associada à vigência do modelo neoliberal.

Em 1988 nós conquistamos o estado de direito e nele o direito da escolha direta do presidente da República. Em 1989, foi eleito por brasileiros — que eu considero desavisados ou desencantados — o grande símbolo neoliberal Fernando Collor, que estamos tirando do poder pelas próprias instituições democráticas, também obviamente fortalecidas na nossa reforma constitucional. Todavia, a seqüela deste neoliberalismo que nada teve de social, embora até chamado de liberalismo social, é sim patrimonial. Foi o patrimônio da família Collor que se ampliou, como o dos seus asseclas e amigos, assim como o patrimônio da família de Rosane Collor. Por isso é que fato em um liberalismo patrimonial e não social, liberalismo que delinea também a nossa crise brasileira.

O neoliberalismo no seu binômio simbólico, Thatcher e Reagan, totalmente a favor da economia de mercado, abandonou os modelos estatizantes da provisão em geral, dos serviços sociais. Entre eles, o Estado Provedor ou, para alguns, o Estado de Bem-Estar Social. Preconizou o Estado Mínimo, a liberação dos impostos dos cidadãos, entendendo que com menos taxação de impostos ocorreria mais consumo no mercado.

A forma neoliberal de resolver o conflito entre capitalismo e democracia supõe, pois, encolher o Estado, reduzir suas funções, impor limites às instituições estatais e despoliticizar a economia.

No plano mundial, esta política resultou em maior empobrecimento dos pobres, na redução da capacidade do Estado de intervir em programas sociais e na melhoria do sistema de educação e saúde. Ainda, as alterações políticas, principalmente da Europa Oriental e da União Soviética, diluíram o grande concorrente da economia ocidental — com o qual este embate de modo geral se punha — o enfrentamento do comunismo. É bom que se ressalve que ao redescobrir a economia de

mercado a Europa Oriental não vem adotando de forma dogmática e pura a lógica de mercado.

Podemos dividir a economia mundial em termos de três blocos: o *bloco asiático*, os tigres asiáticos, com o fortalecimento de uma economia realmente de alta rentabilidade; a *economia européia*, com seu padrão de integração no modelo da comunidade européia; e o *bloco do Norte*, com os Estados Unidos, Canadá e México, de onde o Brasil, que foi sempre o quintal dos Estados Unidos, é agora jogado fora, porque não interessa à economia americana o estado em que o país se encontra. E, dentro destes blocos, as ações extremamente tóxicas do Mercosul não chegam efetivamente a constituir um bloco com competitividade para enfrentamento na economia mundial. Nós não conseguimos, como países colonizados latinos-americanos, ter a nossa unidade econômica, quer dizer, não conseguimos superar o padrão de colonização.

No Brasil, o efeito neoliberal foi desastroso. Em um primeiro momento, os ideais do Estado Mínimo da proposta neoliberal encontraram até grandes aliados, na medida em que indicavam o enxugamento da máquina, aquela máquina autoritária, aquela máquina imensa que, ao longo do tempo da ditadura, foi se criando, e também propunham a racionalidade na redução dos gastos. Com isso, a primeira imagem foi de que este governo liberal ia garantir um Estado ágil, um Estado efetivador das ações. Todavia, a reforma, como nós vimos, mostrou-se plenamente irracional. Mas do que isso: foi muito mais motivo de *marketing* político televisivo para o então presidente. Apresentava aquela coleção de carros que iam para leilão público; sua proposta para reduzir e congelar o efetivo dos funcionários públicos que ficavam gritando até voltar a trabalhar; ou ainda a compressão dos salários dos funcionários públicos. Enfim, um conjunto de ações sem realmente efetivar seu compromisso com uma nova agilidade estatal.

É inesquecível o corte feito, por exemplo, com os gastos sociais e principalmente com a educação e a pesquisa. Vamos, no que se refere, por exemplo, ao social, recordar a luta dos aposentados, a miserabilidade das bolsistas do CNPq - CAPES, que passaram a acampar em praças públicas, mostrando a sua miséria no exterior, pois não chegava o dinheiro de suas bolsas.

É de se ressaltar também aqui que, nesse momento de enxugamento do Estado, começou a fluir a proposta da municipalização das políticas sociais, mais pelo que eu chamo de vertente conservadora,

aquela vertente da municipalização que, dentro da estratégia do liberalismo social, só tem por horizonte a redução das obrigações da União, transferindo suas competências para os municípios sem que recursos possam efetivamente estar sendo repassados. Os municípios, vítimas da despolitização das políticas sociais e pautados no clientelismo, têm contribuído, via de regra, para a precarização e a diluição dos padrões das políticas sociais. Em grande parte, a municipalização tem servido mais para ampliar a legitimação do prefeito, até pelos conselhos municipais de composição fisiológica, não se efetivando como campo de ampliação do controle social e avanço democrático. Eu quero só ressaltar que sou a favor da municipalização, porém não de qualquer municipalização. Sou contra, principalmente, aquela forma que só efetiva a chamada priorização ou prefeiturização.

O outro dado da nossa realidade também é o alto desemprego, que marca nossa conjuntura. Sem em 1989 a taxa de desemprego era de 8,7% da população economicamente ativa, em 1992, dados para julho, era de 14,7%. Portanto, praticamente dobrou o quadro em três anos. Os investimentos baixaram de 16,7% em 1989, para 15,8% em 1992. São dados estimados pelo Instituto de Economia da USP.

Além de relembrarmos a nossa baixa produção agrícola, tendo em vista o nosso tremendo potencial, toda a nossa capacidade e agilidade, a riqueza da nossa economia, não foram efetivamente conduzidas para a distributividade, que seria o nosso horizonte.

Por sua vez, se éramos para a economia mundial um país de mão-de-obra barata e de produção de produtos primários, a nova ordem mundial, pautada no avanço do conhecimento, pela evolução da Química, da Informática, substitui os produtos de extração e exigem a alta qualificação profissional.

A questão da educação do trabalhador torna-se fundamental para que, realmente, o Brasil seja competitivo na economia mundial. A competição não se faz mais pela desqualificação, mas sim pela qualificação. É necessário uma mão-de-obra educada e preparada. Enquanto no Brasil 35% da população termina o curso secundário, na Argentina, por exemplo, 70% da população atinge esse índice.

A evasão da educação, do processo formal educacional, é uma das questões graves que marcam a conjuntura nacional.

Somos um país, sem dúvida alguma, da mais alta concentração de riqueza, onde 20% da população tem 62,6% dessa riqueza.

Nos últimos 10 anos, como aponta Aloysio Mercadante no último relatório que fez agora para o Fórum de Investimentos realizado em Nova York, em 2 de dezembro de 1992, tivemos oito planos de estabilização econômica, cinco proposta de congelamento de preços, quatro mudanças de moeda, quinze modos de políticas salariais, dezoito políticas de câmbio, 54 formas de controle de preços, onde indexações da inflação e, ainda, a manutenção de uma inflação de 25% ao mês.

Quanto ao avanço democrático, somos um país que tem 19 partidos políticos no Congresso Nacional e ainda 40 outros partidos em processo de registro e legalização. A questão da reforma partidária se faz extremamente urgente. O risco dessa teia de partidos é que não permite politizar as diferentes propostas programáticas e comete a construção de alianças fisiológicas para a obtenção de legendas eleitorais.

O grande exemplo foram as eleições municipais que, na maioria das capitais brasileiras, terminaram polarizando o confronto entre a esquerda e a direita. No caso de São Paulo, desenvolveu-se na população quase um preconceito em relação ao Partido dos Trabalhadores. Esta questão nos faz pensar incisivamente sobre como é que vai se dar realmente o avanço da partidização da nossa política para o avanço democrático, sem que sejam fortalecidos estes fisiologismos de legenda, que levam, inclusive, a que partidos de posição aparentemente de esquerda e de centro-esquerda terminem fazendo alianças pela direita, que reiteram a política liberal, a política do neoliberalismo, colocando-se de costas para os padrões democráticos. Estamos às vésperas de uma revisão constitucional, quanto ao modo de governo no país, em um quadro pouco politizado e até mesmo centrado em moldes tradicionais.

E eleição em São Paulo ganha grande ênfase: ela mostra este embate ou o que serão as relações de força entre direita e esquerda em 1994.

A crise resultante de neoliberalismo nos põe, portanto, uma agenda de demandas de enfrentamento à matriz de ortodoxia que está colocada nesta relação, para uma forma de avanço econômico prenehe de um *caminhar democrático e participativo*.

1.2. E aqui eu entendo que reside uma questão para nós: como combinar a política econômico-social e o avanço democrático? Ou, então, como podemos avançar a radicalidade democrática?

Francisco de Oliveira, em seu concurso para professor titular, defendia, em meados de janeiro último, a tese do modo social-democrata de produção. Ele considera que não se pode falar ortodoxamente em uma economia mundial capitalista, já que o fundo público financia a acumulação de capital e ao mesmo tempo a reprodução da força de trabalho. Na medida em que os gastos sociais e estatais são resultantes de processo de regulação dos conflitos sociais, o *valor* do trabalho deixou de ser o único pressuposto da reprodução do capital. Enquanto o *valor* busca a mais-valia e o lucro, o fundo público, por não buscar a valorização em si mesma — pois não é capital — termina mixando-se ao valor na sua forma de antivalor. Com isto, o capital não pode mais se reproduzir sozinho, e gera a necessidade da formulação de preços políticos administrados — agora explicitados no debate sobre uma linha de produtos para consumo de padrão popular — ou uma necessária discussão sobre a politização da economia. Não se pode falar em reforma econômica sem estar diretamente correlacionado com o enfrentamento da desigualdade social e a redistributividade.

A economia, neste enfrentamento da desigualdade, não se expressa só do ponto de vista salarial, mas da conquista, da qualificação das condições de vida, como também no monitoramento da sociedade civil, das medidas econômicas para que tenham articulação e base de sustentação política e social necessárias à sua efetivação.

Não se pode implantar operações econômicas fora do controle da sociedade civil. Esta perspectiva leva, necessariamente, a algumas exigências. Vou me basear aqui, para estas exigências, em algumas propostas do plano de emergência econômica que o Partido dos Trabalhadores apresentou ao presidente Itamar Franco. Lógico que de modo sintético.

a. A reforma fiscal, isto é, a busca de um Estado desprivatizado dos interesses particulares e autônomos. Conseqüentemente, supondo um reforço ao controle social e às instituições efetivamente de caráter público.

Estamos aqui, também, no campo da imposição de limites ao domínio das instituições estatais. Só que não na diretriz liberal, que supõe a passagem do patrimônio público para o privado, mudando o dono patrimonial e não uma reforma econômica maior, mas sim esta substituição do Estado, digamos assim, ao controle democrático pela população. Não podemos, realmente, aceitar mais este Estado danoso e

dilapidador do patrimônio público. Vamos lembrar, por exemplo, o que está sendo motivo de análise, a venda da empresa paulista de aviação — a VASP — onde o patrimônio do adquirente privado foi elevado a valores astronômicos a fim de lhe dar o potencial de aquisição, dilapidando uma empresa que era pública.

A perspectiva progressista supõe insistir na utilização de procedimentos democráticos, capazes de legitimar o exercício do controle social.

b. Além da reforma fiscal, a construção de uma agenda de medidas econômicas articuladas com a globalização da economia. O Brasil não se safa sozinho; ele tem que ter nas suas propostas a articulação com a economia mundial, mas tem que ter uma forte articulação com as medidas sociais; deve, inclusive, nessa proposição, ter presente a articulação a médio e longo prazos, e não só uma política de imediato emergencial. Aqui se supõe o controle social da inflação, o controle da dívida, a recuperação de emprego, o contrato coletivo de trabalho e, principalmente, uma reforma fiscal, uma reforma tributária que seja de fato redistributiva.

c. A construção de uma agenda social que de fato combata a miséria, ampliando a ação social do Estado confrontando o neoliberalismo — principalmente no campo da educação (como me reportei há pouco sobre a questão da qualificação educacional) e da seguridade social, completando a política da saúde, a política da previdência social e, principalmente, aprovando, no nosso caso, a lei de regulamentação da assistência social; uma política de alimentação, uma política de habitação popular, enfim a conquista da democracia social.

d. A promoção da cidadania em todas as suas dimensões. E aqui quero destacar não só a concepção da relação cidadania ativa e passiva, que Vitória Benevides analisa, mas a distinção entre o que eu chamaria uma cidadania de vocalização, que seria somente a expressão das necessidades pela população, ou uma cidadania de vigiância, que seria aquela que controla os padrões de consumo e as ações, e aquilo que eu chamo, na nossa realidade, de movimento entre uma cidadania, que eu digo circunstancial, e uma cidadania de certeza; uma cidadania de mérito pautada em uma justiça eventual e uma cidadania de direito pautada na garantia de padrão mínimo de dignidade, reclamado na justiça e nos tribunais. Nós temos discursado muito sobre a cidadania, mas, de fato,

assegurado muito pouco concretamente a esse respeito. Por isso, a reforma do Estado passa necessariamente não só pela reforma burocrática ou, talvez, não só pelo padrão de moralização, mas, também, pela reforma do Judiciário.

Ressalto estes pontos daquilo que eu chamo a relação crítica entre o capitalismo e democracia e as questões postas pela conjuntura atual.

2. Agora eu me reportaria a uma segunda relação que denomino *aprofundamento de modelo político de Estado Social para os países do Terceiro Mundo*. E aqui me permitam, vou fazer, inclusive, algumas provocações a nós mesmos, assistentes sociais.

O Serviço Social institucionalizado é demandado, fundamentalmente, para dois espaços, dois territórios: um que é a atenção à pobreza e outro que corresponde à sua forma profissional, que é a própria prática do assistente social que terminou, nesses dois espaços, nessas duas territorializações, colaborando na construção do que eu chamo de uma forma histórica e política de um Estado Social no Brasil, pautado, em geral, em políticas sociais focalistas, em vez de universais, como convém a um bom modelo liberal, onde o direito é substituído pelo mérito, como também pela diluição das classes sociais no interior das políticas sociais, transmutadas em ações na relação entre riqueza e pobreza. Um modelo político de Estado Social que, ao diluir a esfera pública e universal, processa regulações eventuais, circunstanciais, que não têm continuidade. Tudo se passa como se fossem ações para apagar fogos, apagar incêndios aqui e ali, e não efetivamente para uma política social de grande alcance.

Um modelo de Estado Social onde a concepção de público passa a ser identificada com um pobre arranjo da política social transmutado em favor. Um modelo que, pelo seu caráter eventual, torna as políticas sociais fragmentadas em objetos particulares, sem resolubilidade global, com alta densidade burocrática e baixa eficiência.

Um modelo que mescla o estatal ao privado, persistindo no princípio da subsidiariedade e não em um modelo onde o Estado garanta padrões mínimos sociais.

O Serviço Social, quer pela sua cultura política liberal, de valorização da pessoa, e sua autonomia do Estado, termina por reiterar esse princípio da subsidiariedade. E aqui um grande desafio: a crise fiscal do Estado criando uma paralisia da capacidade administrativa e finan-

ceira do Estado (com as novas demandas), levando a um esgotamento da capacidade estatal de investimentos, termina por levar ao fortalecimento de um governo privatista que exige um compromisso com uma reforma tributária, que realmente assegure a redistribuição da renda, de modo que os ricos realmente paguem mais impostos (seja na ampliação da alíquota do Imposto de Renda, do imposto de patrimônio rural de herança, pela progressividade do IPTU na cidade, seja pelo novo imposto de transação financeira, vinculado às políticas sociais).

O imposto único não é redistributivo. Isso nós temos que ter muito em conta. Considero que a cultura política que preside, via de regra, a prática dos assistentes sociais, é de matriz privatista, o que o leva a reforçar a microética do direito subjetivo liberal e não uma perspectiva universal, universalizante do direito social.

O Serviço Social em sua construção prática não se aliou a políticas distributivas, remetidas a uma regulação universal. Opera regulações *ad hoc* mediadas pelo poder pessoal deajuizamento do técnico. Assim, os benefícios que opera são pessoais, intransferíveis, e o acesso a estes benefícios é o méritoajuizado e não o direito reclamável nos tribunais.

A persistência de uma lógica moralista do trabalho e da fragmentação entre o trabalho formal e o informal leva a uma concepção de que o benefício (talvez à exceção da área de saúde e educação) só deve ser circunstancialmente "concedido", e não ser uma prática de garantia de mínimos. Nesta visão, se assim o fosse, o benefício estimularia o vínculo com a dependência do Estado e não estimularia a busca do trabalho e do emprego pelo cidadão. Há um simbólico de uma sociedade de pleno emprego e de que as garantias de assistência ou atenção são formas de perpetuar a dependência.

Considero que há um vácuo entre o conceito analítico de política social que preside o conhecimento no processo de formação dos assistentes sociais e sua prática institucional. Este intervalo reitera o modelo focalista e endógeno que transforma: políticas em procedimentos burocráticos de uma dada instituição. Não se consegue articular atenções e demandas e, nesse quadro, os incluídos terminam por ampliar o exercício de desigualdades e de exclusões.

A noção de direito corrente entre os assistentes sociais se dá no plano da retórica, no plano do simbólico e não do real. Considero, pois, existir de fato uma dificuldade inerente à cultura política da prática dos

assistentes sociais, que se interpõem e se contrapõem ao avanço da cidadania reclamada na nossa conjuntura.

A construção do Serviço Social não passa, via de regra, por domínio de gestão de custos, o significado efetivo de padrão de qualidade, a construção de padrões mínimos. Por outro lado, pela sua inserção na realidade, o assistente social é o profissional que maior conhecimento possui sobre as exclusões, as perversidades da prática e dos serviços. Com isso, tem todo o potencial de indicar concretamente a agravamento do reatamento da crise na população e a ausência da democracia.

Os assistentes sociais, em sua prática, têm uma condição de captar a heterogeneidade, de modo de ampliar o potencial também democrático.

Por último, e objetivando fechar essa minha fala, quero destacar que, sendo esse um encontro de professores, pesquisadores e formadores de assistentes sociais, entendo que o melhor modo para concluir é apresentar uma agenda de pontos de aprofundamento:

1. A demanda pela aliança entre democracia e políticas econômico-sociais exige uma forte proposta de capacitação para a construção de referenciais, para construção de argumentos, de popularização de elementos sobre as políticas econômico-sociais, de modo a constituir de fato um acervo que contribua para a formação de *sujeitos democráticos populares*, sujeitos estes capazes de incluir tais elementos nas arenas de embate de interesses divergentes, de negociações.

2. A demanda pela reforma do Estado exige que ampliemos o conhecimento sobre modelo de gerência, de produção dos serviços sociais. Desvendar o segredo, este ocultamento do Estado, decodificá-lo para a população para sua apropriação. Porém, não só um conhecimento macro a nível nacional, mas um conhecimento nas suas formas de expressão imediata para a população.

É necessária a territorialização dos serviços sociais, onde a municipalização é uma das formas concretas que exigem um conhecimento da totalidade das atenções em um dado espaço. A construção de padrões de atenção, a partir do efetivamente implantado, aprofundando para a população o conhecimento das diferenças sociais, da heterogeneidade, concretamente postos.

3. Isso nos leva a uma nova questão, que é o enfrentamento da fragmentação, seja pela totalização dos serviços sociais no território,

pela totalização nas três instâncias do governo (aquilo que, por exemplo, já começa a ser feito na área da saúde), seja pela totalização entre a relação estatal e privada. É necessária esta articulação de serviços. É necessária ainda uma articulação entre as nossas formas de assistência à família, com assistência à educação, a saúde, de modo que benefícios de apoio à família sejam também articulados com a garantia de vagas em escolas, com a garantia de vagas no atendimento ao serviço de saúde.

Isso supõe, de nossa parte, um saber instrumental de construção de uma cartografia dos padrões de serviços, assim como o conhecimento das despesas sociais, do capital social investido em um dado espaço.

4. Esses padrões poderão nos trazer um novo conhecimento destas despesas sociais, quer dos custos, quer das atenções sociais. Por exemplo, desconhecemos qual é o custo de uma criança em uma creche. Isso permite padrões totalmente aleatórios de *per capita* das várias instituições. Não temos esse domínio do ponto de vista da nossa formação. Se me permitem, quando estou sempre usando essa generalidade, não estou aqui dizendo que nenhum de nós não conheça. Mas, via de regra, no processo de formação profissional e de instrumentação do profissional, o assistente social não tem esse domínio. Ou seja, não temos efetivamente o domínio do custeio dos serviços.

Toda vez que nos falamos em orçamentos nós saímos pela tangente: discutimos a economia, mas não temos a apropriação financeira. Esse crescimento nos permitirá contribuir no dimensionamento e proposição de programas de enfrentamento à miséria gerada pela crise e pelo neoliberalismo, e nos permitirá, também, uma aliança com o processo de reforma tributária, voltado para efetivar a redistribuição. Temos que avançar nessa instrumentação.

5. Possivelmente essas considerações indiquem que necessitamos revisar o planejamento, não mais com aquela técnica de elite dominada por alguns e um plano de gaveta, mas sim revisar o planejamento como produtor de conhecimentos e estratégias instrumentais para sua população e avanço democrático.

6. O avanço das certezas sociais que indicam, por sua vez, a necessidade de revermos a relação entre político, jurídico e econômico. Temos processado muito pouco esta relação entre o direito, na sua expressão jurídica, política e econômica, na formação dos assistentes sociais. Temos que forçar as instâncias de defesa dos direitos da

população. Cabe aqui, inclusive, recordarmos a construção do conceito de direito social apresentada por Gurvich de modo que possamos confrontar a noção de direito individual e subjetivo e construir formas mais coletivas, como o contrato coletivo de trabalho, formas realmente de avanço dos direitos sociais.

7. O aprofundamento do modelo político de Estado Social para o Brasil e nele da construção da instância pública, que supõem a gestão tripartite entre Estado, sociedade e população. Não se trata de reiterar ou transitar modelos como o de Bem-Estar Social ou do Estado Social Europeu de Bem-Estar Social. Temos aqui que ter muito claro quais são as garantias que têm que ser asseguradas efetivamente para todos os brasileiros. Aqui eu lembraria uma das coisas que foi cortada por Collor: as linhas de créditos para projetos populares que exercitavam com muita cidadania esta inter-relação entre população usuária, Estado e sociedade.

8. O aprofundamento da análise da cultura política dos assistentes sociais que preside sua prática, não mais sobre o primado da filosofia e das correntes teóricas sobre a construção do conhecimento, mas sim sobre o domínio político, que emana dessas propostas mas que enfrentamos conjuntamente em decorrência das crises econômicas e sociais (seja da linha de pensamento liberal, neoliberal ou conservador, a efetivação do que é essa democracia e da radicalidade democrática).

Entendo que aqui, nessa revisão, temos que aprofundar a compreensão de nossa cultura liberal sobre a exigência do trabalho e da dependência do "ser humano" pelo trabalho, cultura esta que nos confronta com a fixação de garantias mínimas que deveriam ser ensejadas a todos os cidadãos.

9. A ampliação do conhecimento sobre a população trabalhadora, de modo a superar a concepção de que o trabalhador é um assalariado e, portanto, só é força de trabalho, passando a entendê-lo e vê-lo como um sujeito político, portanto como um cidadão. Isso supõe também compreender, aprofundar o nosso conhecimento sobre a política social da empresa, as nossas alianças sindicais, para que busquemos crescer na cultura, entre a fragmentação das lutas econômicas com as lutas sociais. Mais ainda, para que possamos também ampliar a fiscalização das condições dos trabalhadores.

10. Por fim, eu entendo que cabe uma alteração fundamental: considero que nós, enquanto categoria, temos andado principalmente com os pés no real e a cabeça no simbólico. Penso que para o

enfrentamento da situação brasileira, para que possamos construir efetivamente propostas, ampliar a presença dos assistentes sociais, reverter esse quadro recessivo que se coloca nas escolas de Serviço Social, temos que reverter essa localização. Temos que colocar os pés no simbólico para que, seguindo a trilha, coloquemos a cabeça no real. Assim o Serviço Social se comporá mais fortemente, como um protagonista do enfrentamento da crise e da construção da radicalidade democrática.